

() Graduação (x) Pós-Graduação

Ramos do Cooperativismo: cenário da região centro oeste do Brasil

Tatiana Lagemann Dettmer

Universidade Católica Dom Bosco – UCDB

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS

tatiana.dettmer@ifms.edu.br

Urbano Gomes Pinto de Abreu

Universidade Católica Dom Bosco – UCDB

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

urbano.abreu@embrapa.br

Carlos Alberto Dettmer

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS

carlos.dettmer@ifms.edu.br

Maria Luísa Roma

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS

maria.roma@estudanteifms.edu.br

Tainara Teixeira Talarico

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS

tainara.talarico@estudanteifms.edu.br

RESUMO

O cooperativismo é um modelo econômico com características próprias, baseado em princípios definidos pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI. Está presente no Brasil desde o final do século XIX, contemplando hoje seus diferentes ramos, e em todos os Estados brasileiros e Distrito Federal. Na região centro oeste do país, temos hoje 575 cooperativas ativas, sendo 178 do ramo agropecuário, em Mato Grosso do Sul das 71 cooperativas, 26 são deste ramo. O desenvolvimento de forma sustentável é um desafio para as instituições e governos, assim, devido a sua natureza, o cooperativismo pode ser uma alternativa de promover o crescimento da economia, o desenvolvimento local de maneira sustentável? O que percebemos é que o crescente número de negócios de natureza cooperativa que vêm se firmando no país pode ser um sinal de que o caminho para alcançar tal desenvolvimento foi encontrado, uma vez que a maior parte das cooperativas do país já existem a mais de 20 anos, algumas mais de 40 demonstrando a solidez e sustentabilidade do negócio. Também evidenciando que ainda há espaço para crescimento.

Palavras-chave: Cooperativismo agropecuário; Cooperados; Empregabilidade; Empreendimentos cooperativos; Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Considerado como um fenômeno de natureza social, o desenvolvimento pode ter várias e diferentes interpretações, mas como tal, só existe na medida em que promove mudanças individuais ou coletivas, que geram a melhoria na qualidade de vida de todos (CONTERATO, 2009). Buscar atender as demandas produtivas, com a consciência de que o espaço o qual habitamos é limitado em termos de área e recursos, sob os mais diferentes aspectos é um desafio para o desenvolvimento (BOFF, 2012). A emergência da cidadania, com a criação de novos sentidos para existência, junto ao desafio de gerar novas estratégias de poder com o uso de tecnologias adequadas baseadas em princípios ambientais e sociais, traz novas perspectivas ao processo (LEFF, 2009).

Nesse contexto, de acordo com a Organização das Cooperativas do Brasil, OCB, o cooperativismo vem a ser um modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social, tendo como referenciais fundamentais a participação democrática, a solidariedade, a independência e a autonomia (OCB, 2020). Guy Ryder (2016), Diretor Geral da Organização do Trabalho – OIT chama atenção para: *“as cooperativas, que não são uma ideia nova, mas são mais relevantes do que nunca se olharmos para os desafios de desenvolvimento e para as oportunidades que o mundo enfrentará nas próximas décadas”*.

O crescente surgimento de novos empreendimentos cooperativos e mesmo a expansão de cooperativas já estruturadas, estimula o estudo aprofundado da questão, nos leva a refletir se a expansão está sendo apenas exploratória economicamente, ou traz consigo uma responsabilidade a mais, considerando a doutrina do cooperativismo e seus princípios norteadores. A quem diga, que o cooperativismo tem a solução para diferentes problemas, quase sendo uma solução milagrosa (SIMIONI *et al*, 2009).

Um importante documento que ressalta a importância e representatividade do cooperativismo é o anuário do cooperativismo brasileiro, organizado a cada ano pela OCB. Lançado no mês de julho, o anuário do ano de 2022, nos apresenta os números do cooperativismo referentes ao ano de 2021, e registra que nesse mesmo ano, haviam no Brasil 4.880 cooperativas, totalizando 18,8 milhões de cooperados e cerca de 493,2 mil colaboradores. Ainda de acordo com o anuário, no Estado de Mato Grosso do Sul, são 71 cooperativas, que juntas somam 368.836 cooperados e 5.956 colaboradores (OCB, 2022). No ano de 2019, o estudo apontou que a região do Centro-Oeste brasileiro, foi a segunda região do nosso País com

maior compreensão sobre o tema cooperativismo, atingindo um índice de 54% (OCB, 2019).

Com este estudo objetiva-se identificar a presença do modelo de negócio cooperativo no Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente do ramo agropecuário. E seu papel na promoção do desenvolvimento de maneira sustentável no meio em que está inserido, considerando sua representatividade enquanto número de cooperados, bem como geração de postos de trabalho no setor.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Desenvolvimento e Sustentabilidade

A forma mais frequente de tratar desenvolvimento é, sem dúvida, como sinônimo de crescimento econômico. Foi a partir da década de 60 que surgiu a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois as poucas nações desenvolvidas eram as que se haviam tornado ricas pela industrialização (VEIGA, 2010).

A ideologia do desenvolvimento, no período pós-segunda guerra mundial, direcionava para o crescimento econômico, visando o consumo em alta intensidade de recursos naturais não renováveis, como condições únicas e indispensáveis para os países e sociedades vistas como desenvolvidas. Surgem então, nesse processo, problemas bastante conhecidos ao longo do tempo, como a insustentabilidade do modelo econômico convencional de desenvolvimento e isso tem despertando na comunidade científica e na sociedade o interesse em preservar do meio ambiente (COSTABEBER; CAPORAL, 2003, p. 157-194).

A partir da década de 1970, a reflexão sobre o tema desenvolvimento, provoca o crescimento da consciência sobre os problemas ambientais gerados pelos padrões de vida incompatíveis com o processo de regeneração do meio ambiente e vai levar ao aparecimento do conceito de desenvolvimento sustentável (BELLEN, 2006).

O debate sobre o tema é acirrado pela conceituação econômica do termo desenvolvimento. Os economistas veem surgir a necessidade de elaborar modelos de desenvolvimento que englobem todas as variáveis econômicas e sociais. Sob o prisma econômico, “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (FURTADO, 2000).

O desenvolvimento da indústria e o crescimento dos padrões de consumo tem levado a sociedade a refletir sobre os efeitos do processo de crescimento econômico da sociedade. O

desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia). (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998, p. 205).

De acordo com o relatório de Brundtland, elaborado no encerramento dos trabalhos da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987, a ideia de desenvolvimento sustentável está focada na necessidade de promover o desenvolvimento econômico e satisfazer os interesses da geração presente, sem, contudo, comprometer a geração futura. Isto é, tem que atender “às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das novas gerações atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991).

O conceito de desenvolvimento sustentável trata-se, especificamente, de uma nova maneira de a sociedade se relacionar com seu ambiente de forma a garantir com a sua própria continuidade e a de seu meio externo (BELLEN, 2006).

Sachs (1993) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta cinco dimensões: sustentabilidades social, econômica, ecológica, geográfica e cultural.

Sustentabilidade social refere-se a um processo de desenvolvimento que leva a um crescimento estável com distribuição equitativa de renda, gerando com isso, a diminuição das atuais diferenças entre os diversos níveis na sociedade e a melhoria das condições de vida das populações.

Sustentabilidade econômica abrange alocação e distribuição eficientes dos recursos naturais dentro de uma escala apropriada.

Sustentabilidade ecológica significa ampliar a capacidade do planeta pela utilização do potencial encontrado nos diversos ecossistemas, ao mesmo tempo em que se mantém a sua deterioração em um nível mínimo.

Sustentabilidade geográfica pode ser alcançada por meio de uma melhor distribuição dos assentamentos humanos e das atividades econômicas.

Sustentabilidade cultural, a mais difícil de ser concretizada, está relacionada com o caminho da modernização sem o rompimento da identidade cultural dentro de contextos espaciais específicos.

Uma forma ou modelo de negócio com capacidade de movimentar a economia, se mantendo comprometido pelos princípios fundamentais do desenvolvimento e da sustentabilidade, é o cooperativismo. Capaz de gerar empregos e renda onde está inserido,

transformando a realidade local de maneira sustentável, o cooperativismo e o associativismo, surgem como formas de promover o desenvolvimento local, possibilitando aos trabalhadores mostrar a sua capacidade de representarem o seu próprio empreendimento, fomentando com isso a geração e distribuição de renda (OLIVEIRA, 2014).

2.2 Cooperativismo

A história do cooperativismo teve seu início formal em 1844, em Rochdale (distrito de Lancashire, Manchester, Inglaterra) pela iniciativa de vinte e oito trabalhadores do setor têxtil, que buscavam um meio para melhorar a qualidade de vida e a solução para seus problemas. Esse cooperativismo, conservou relação direta com o desequilíbrio da distribuição de renda e da alocação de riquezas. No Brasil, o cooperativismo formal teve suas primeiras manifestações no final do século XIX, em Ouro Preto (MG) quando em 27 de outubro de 1889 se deu a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto (PINHO, 2004; MENESES, 2005; SCHNEIDER, 2005; PILETTI; BORGES; BARROS, 2015).

A cooperativa é considerada uma organização sócio produtiva, caracterizada pela união de pessoas engajadas num objetivo comum, onde a realização coletiva, organizada e baseada na ajuda mútua venha suprir as necessidades de todos. Pode-se dizer dessa forma, que cooperativa é a reunião de pessoas que buscam a prosperidade conjunta e não individual, visando também o bem-estar e satisfação das necessidades do grupo e não apenas a produção do lucro financeiro (ABRANTES, 2004; CRÚZIO, 2005). Estas características fazem do cooperativismo uma alternativa socioeconômica que encontra o sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes. Ele não existe para somente explorar serviços em seu próprio interesse, mas para prestá-los desinteressadamente aos seus cooperados (CRÚZIO, 2005).

As cooperativas são baseadas nos valores de autoajuda, auto responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, e põe em prática suas ações através de seus princípios cooperativos, conforme Aliança Cooperativa Internacional – ACI. Além disso, em 2016, o Comitê de Princípios da ACI divulgou orientações detalhadas e conselhos de como aplicar na prática os seus Princípios pelas empresas cooperativas com o objetivo de expor claramente o entendimento da aplicação dos mesmos para o século XXI (ACI, 2021). Os sete Princípios do cooperativismo definidos foram: Afiliação voluntária e aberta; Controle de membro democrático; Participação econômica do membro; Autonomia e Independência; Educação, treinamento e informações; Cooperação entre Cooperativas; Preocupação com a

comunidade.

De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, as cooperativas podem ser classificadas como: singulares, centrais ou federações de cooperativas e confederações de cooperativas. Abrangendo diferentes ramos, os quais foram recentemente redefinidos com o intuito de otimizar a representatividade de alguns ramos, também permitir um melhor atendimento às cooperativas pelo SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (OCB, 2019).

Embora a Lei nº 5764/1971, não determina ou exige a classificação das cooperativas em ramos, a OCB atribui de forma interna uma classificação às cooperativas brasileiras, otimizando dessa forma os dados representativos do cooperativismo. Até o ano de 2018, tínhamos 13 ramos do cooperativismo, neste ano o Sistema OCB organizou uma equipe técnica para promover um processo de reflexão juntamente com seus representantes estaduais para a reorganização destes, que, ao final após intensos debates e aprovação em assembleia geral extraordinária passou a ser de 7 ramos (Tabela 1), contribuindo significativamente para representatividade de alguns ramos que não possuíam espaço (OCB, 2019).

Tabela 1. Reorganização dos ramos do cooperativismo

Agropecuário	Consumo	Crédito	Infraestrutura	Trabalho, Produção de Bens e Serviços	Saúde	Transporte
Agropecuário + cooperativas de alunos de escolas técnicas de produção rural	Consumo + Turismo e Lazer (consumidores) + Educacional (pais)	Crédito	Infraestrutura + Habitacional	Trabalho + Produção + Mineral + Turismo e Lazer (profissionais) + Especial + Educacional (professores)	Médicos + Odontólogos + Demais profissionais de saúde	Transporte de cargas + Transporte de passageiros + Transporte Turístico

Fonte: Organizado pelo autor (Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2019).

Cabe observar, que essa nova forma de organização dos ramos do cooperativismo não altera a rotina das cooperativas, não se prestando a definir tratamento tributário, enquadramento sindical ou mesmo legislação aplicada a cada ramo, tais aspectos seguem sendo aplicados a partir do objeto social e dos atos praticados pela cooperativa e seus cooperados (OCB, 2019). De acordo com a nova classificação apresentada pela OCB, cada ramo fica assim definido:

Ramo de Produção de Bens e Serviços – nova denominação ao antigo ramo de trabalho,

que agora envolve também cooperativas que prestam serviços especializados ou que produzem bens, reunindo também todas as cooperativas de professores, e dos ramos de produção, mineral, parte do turismo e lazer e as especiais.

Ramo Infraestrutura – cooperativas que prestam serviços relacionadas a infraestrutura a seus associados incluindo também o ramo habitacional e aquelas de geração e compartilhamento de energia elétrica.

Ramo de Consumo – aquelas cooperativas que realizam compra em comum sejam de serviços ou produtos de seus cooperados, bem como a contratação de serviços educacionais e serviços turísticos.

Ramo de Transporte – permaneceu sua definição, mas seu conceito foi ajustado, trazendo a condição de que o cooperado seja proprietário ou possuidor do veículo.

Ramo de Saúde - cooperativas formadas por médicos, odontólogos ou profissionais ligados à área de saúde humana, enquadrados no CNAE 865. Engloba também as cooperativas de usuários que se reúnem para constituir um plano de saúde.

Ramo Agropecuário – este ramo não sofreu alteração, é composto por cooperativas relacionadas às atividades agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira.

Ramo de Crédito – assim como o ramo agropecuário, este também não sofreu alterações. É composto por cooperativas que prestam serviços financeiros a seus cooperados, assegurando-lhes acesso aos instrumentos do mercado financeiro.

A reorganização dos ramos do cooperativismo trouxe como um dos principais benefícios, o aumento da representatividade de alguns de seus ramos, que mesmo contribuindo financeiramente para o desenvolvimento não estavam sendo considerados, além de possibilitar um atendimento mais específico dado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP às cooperativas.

De acordo com a Aliança Cooperativa Internacional - ACI, as cooperativas estão presentes em 150 países, representando um total de 3 milhões de empreendimentos somando juntas um 1 bilhão de cooperados, o equivalente a 12% da população mundial. Ao todo, as cooperativas geram 280 milhões de postos de trabalho, o equivalente a 4% da população do mundo. O faturamento das 300 maiores cooperativas a nível mundial representa 2,18 trilhões de US\$. Destas, 300 maiores, 32% são do ramo agropecuário (OCB, 2022).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva, a partir de levantamento bibliográfico,

com exploração de dados secundários, obtidos a partir das fontes como; IBGE, Anuário do Cooperativismo Brasileiro e bibliografias específicas que tratam sobre o tema.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A região centro oeste vem se destacando ao longo dos anos pelo seu potencial produtivo principalmente no setor agrícola. A região tem contribuindo consideravelmente para a construção do PIB agropecuário brasileiro. Neste contexto se inserem as cooperativas do ramo agropecuário, com presença significativa na região centro oeste e Distrito Federal, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico local através de suas ações, evidenciadas pelos princípios de cooperativismo.

De acordo com os dados do IBGE, a região do centro oeste no ano de 2019 contribuiu com a formação do produto interno bruto brasileiro em cerca de 9,8%, inserido neste montante estão os recursos advindos das cooperativas (IBGE, 2019). E, ao considerar apenas tributos as cooperativas injetaram nos cofres públicos em torno de 17 bilhões de reais em 2021, sem considerar salários e outros benefícios destinados a seus colaboradores (OCB, 2022).

Entre os três estados e Distrito Federal, Goiás detém a maior concentração de empreendimentos cooperativos, 249, o que equivale a 43% do total geral. A maior parte destes empreendimentos cooperativos são do ramo agropecuário, 14% do total da região (Tabela 2).

Tabela 2. Centro-oeste brasileiro e o número de cooperativas ativas por ramo no ano de 2021

Ramo da Cooperativa	Número de cooperativas				TOTAL
	Mato Grosso do Sul - MS	Mato Grosso – MT	Goiás - GO	Distrito Federal – DF	
Agropecuário	26	62	81	9	178
Consumo	1	5	12	7	25
Crédito	9	18	34	17	78
Infraestrutura	5	2	9	9	25
Saúde	13	18	42	14	87
Trabalho, Produção de Bens e Serviços	2	36	19	28	85
Transporte	15	27	52	3	97
TOTAL	71	168	249	87	575

Fonte: Organizado pelo autor (Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2022).

Observando um pouco mais a tabela 2, que traz algumas informações quanto aos ramos do cooperativismo da região centro oeste do país, nota-se um maior número de cooperativas do ramo agropecuário, nos três estados, representa 31% sobre a soma total dos ramos cooperativos. A exceção fica para o Distrito Federal, onde a maior parcela 15%, são cooperativas ligadas ao setor do trabalho e a produção de bens e serviços (Tabela 2).

Em Mato Grosso do Sul, 368.836 pessoas pertencem ao quadro societário de algum tipo de cooperativa (o que representa algo em torno de 2% do número total de cooperados existentes a nível de país). Ainda, de acordo com dados divulgados pela OCB em julho de 2022, as cooperativas foram as responsáveis pelo emprego direto de um total de 5.956 pessoas no ano de 2021, o que correspondia em média a 0,34% da população economicamente ativa do estado (OCB, 2022; IBGE, 2022).

O Estado do Mato Grosso do Sul representa hoje 1,45% a relação de quantidade de cooperativas no Brasil, sendo que destas, o maior número fica com as cooperativas do ramo agropecuário 2,2%, seguido das cooperativas do ramo de transporte 1,5%, saúde e de crédito com 1,7% e 1,2% sucessivamente (Tabela 3). De acordo com os números apresentados pelo relatório anual da OCB, ainda existe espaço para crescimento do cooperativismo no Estado.

Tabela 3. Identificação dos ramos de cooperativas um paralelo Brasil x Estado de Mato Grosso do Sul em 2021

Ramo do Cooperativismo	Número de Cooperativas		Número de cooperados		Número de empregados	
	Brasil	MS	Brasil	MS	Brasil	MS
Agropecuário	1.170	26	1.024.605	5.763	239.628	1.463
Consumo	247	1	2.053.622	31	14.896	1
Crédito	763	9	13.956.975	351.590	89.381	2.391
Infraestrutura	263	5	1.241.109	7.062	7.026	202
Saúde	767	13	318.704	3.190	126.796	1.804
Trabalho, Produção de Bens e Serviços	688	2	192.874	283	9.750	2
Transporte	982	15	99.279	917	5.800	93
TOTAL	4.880	71	18.887.168	368.836	493.277	5.956

Fonte: Organizado pelo autor (Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2022).

É possível observar também que o ramo do cooperativismo de crédito, mesmo não sendo o primeiro em número de cooperativas Brasil e no Mato Grosso do Sul, é o que mais cooperados possui (Tabela 3). É também, de acordo com o anuário, o ramo do cooperativismo que mais

emprega, equivalendo a 0,14% da população economicamente ativa a nível de estado e 0,07% a nível de país. O ramo do cooperativismo de consumo é o menos representativo em número de cooperativas a nível de país, porém, é o segundo maior em número de cooperados e o 4º no número de empregabilidade. No Estado se comparado com os demais ramos é o menor em número de cooperativas, cooperados e geração de postos de trabalho (Tabela 3). Conforme o relatório da OCB de 2021, havia apenas uma única cooperativa registrada e ativa, a COOPERAFA - Cooperativa de Consumo dos Associados ao AFA. O cooperativismo de consumo engloba todas aquelas cooperativas que realizam compra em comum de serviços ou produtos de seus cooperados, bem como a contratação de serviços educacionais e serviços turísticos.

Por ser sobretudo um país agrícola, faz sentido que no Brasil o ramo do cooperativismo agropecuário seja o mais representativo em termos de número de cooperativas. De acordo com os dados do anuário 24% pertence ao ramo agropecuário. No estado de Mato Grosso do Sul este percentual chega a 37%. No item que diz respeito ao número de cooperados e empregos gerados, as cooperativas do ramo ocupam o quarto lugar no país e terceiro no estado respectivamente (Tabela 3).

5 CONCLUSÕES

O cooperativismo se apresenta como uma alternativa de negócio sustentável, e, em crescimento considerando a região centro oeste em especial o Estado de Mato Grosso do Sul. Muito ainda precisa ser feito em termos de divulgação do cooperativismo, através da sensibilização e dos programas de educação cooperativa, porém, é preciso enaltecer as efetivas contribuições que as cooperativas têm trazido para determinadas regiões em termos de desenvolvimento local, regional, qualidade de vida e crescimento financeiro dos municípios.

Os ramos do cooperativismo agropecuário e de crédito são os que mais se destacam a nível de Estado, em partes, isso se deve principalmente ao fato da configuração da matriz produtiva do Estado de Mato Grosso do Sul o qual, possui sua base forte de produção alicerçada na agricultura e pecuária com a produção de soja, milho, cana de açúcar e gado de corte como principais atividades econômicas.

Ao longo dos anos, a nível estadual, outros empreendimentos cooperativos têm surgido, chamando a atenção as cooperativas do setor de transportes.

E, um espaço ou nicho ainda pouco ocupado no setor diz respeito ao turismo, que está no ramo de cooperativas de trabalho, produção de bens e serviços, tendo em vista o potencial

turístico do Estado de Mato Grosso do Sul, configurando aqui um bom espaço para crescimento e diversificação do cooperativismo.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, J. **Associativismo e Cooperativismo: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

ACI – **Associação Cooperativa Internacional**, 2021. Disponível em <https://www.ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity#cooperative-values>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2ª Reimpressão – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOFF, L. **Sustentabilidade o que é – o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. **Lei n. 5.764**, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.HTM . Acesso em: 18 de set. 2022.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. 2. ed. Trad. Our common future. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.

CONTERATO, M. A. **Teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável: agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM; Pallotti, 2003. p. 157-194.

CRÚZIO, H. de O. **Como organizar e administrar uma cooperativa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php> Acesso em: 10 de set. 2022.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais 2021**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama> Acesso em: 20 de set. 2022.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População economicamente ativa PEA**. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=popula%C3%A7%C3%A3o+economicamente+ativa> Acesso em: 20 de set. 2022.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população total, homens e mulheres 2010-2060**. Disponível em:

https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm_source=portal&utm_medium=popclock&utm_campaign=novo_popclock Acesso em: 20 de set. 2022.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: A territorialização da racionalidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2009.

MENESES, A. **Nos rumos da cooperativa e do cooperativismo**. Brasília: Editora Confedbrás, 2005.

OLIVEIRA, F. **Os sentidos do Cooperativismo: entre a autogestão e a precarização do trabalho**. São Paulo: LTr, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Anuário do cooperativismo brasileiro**. 1. ed. Sistema OCB. Brasília – DF, 2019.

_____, Anuário do cooperativismo brasileiro. Disponível em: <https://anuario.coop.br/> Acesso em 10 de set. 2022.

_____, O que é cooperativismo, 2020. Página inicial. Disponível em: <https://www.ocb.org.br> Acesso em: 19 de nov. de 2020.

PILETTI, D.; BORGES, G. da R.; BARROS, I. C. R. **Os princípios do cooperativismo e o trabalho em equipe em cooperativas de Garibaldi-RS**. Florianópolis: Revista Navus, Ano V, nº 4, 2015.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

SACHS, I. **As cinco dimensões do ecodesenvolvimento**. In: **ESTRATÉGIAS de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SCHNEIDER, A. M. **Análise da influência dos valores do cooperativismo na definição dos estilos de liderança**. Dissertação (Mestrado em Administração). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

SIMIONI, F. J.; SIQUEIRA, S. E.; BINOTTO, E.; SPERS, E. E.; ARAÚJO, Z. A. S. **Lealdade e oportunismo nas cooperativas: desafios e mudanças na gestão**. Revista de Economia e Sociologia Rural vol.47 no.3 Brasília Jul/Set. 2009.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.